CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 145/78

INTERESSADO: ORGANIZAÇÃO DE ENSINO ESQUEMA LTDA

COLÉGIO INTEGRADO ESQUEMA/SÃO JOSÉ DO RIO "PRETO"

ASSUNTO : Consulta

RELATOR: : Conselheiro José Augusto Dias

PARECER CEE Nº 561 /78 - CESG - APROVADO EM 24 / 05/78

I- RELATÓRIO

1. Histórico:

A direção do Colégio Integrado Esquema, de São José do Rio Preto, encaminha consulta, que pode ser sintetizada nas seguintes questões:

1ª questão - O Parecer CEE nº 137/78 autorizou a Escola a incluir em seu regimento o regime de matrícula por disciplina, podendo o curso, previsto normalmente para 6 semestres, ser integralizado dentro dos limites de 6 a 10 semestres. A Escola entende ser conveniente adotar os limites de 4 a 10 semestres, conforme faculta o parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 5692/71.

Por outro lado, devendo o curso ser integralizado em 152 créditos, correspondendo cada crédito a 18 horas-aula, os limites máximo e mínimo de créditos por semestre devem ser, respectivamente, de 38 e 16.

2ª questão - No caso de alunos vindos de Colégios de regime anual, onde a avaliação também é anual, há possibilidade de se receber sua transferência no meio do ano?

3ª questão - O aluno de outra escola, que tenha sido reprovado em uma ou mais disciplinas de uma série, poderia ser transferido para o Colégio Integrado Esquema com aproveitamento das disciplinas em que foi aprovado? Em caso de resposta afirmativa, haveria necessidade de determinar que as escolas, ao expedirem os documentos de transferência, façam constar do histórico o aproveitamento em cada disciplina; em geral, elas fazem constar apenas uma observação geral: "Retido".

4ª questão - No caso de concluir o 2º grau com idade de 16 ou 17 anos e conseguir aprovação no vestibular, o aluno teria direito de ingresso na Faculdade?

2. Apreciação:

Responderemos às questões, na ordem em que foram propostas:

1ª questão - Nada a opor quanto ao que pretende a Escola. Realmente, os limites de 4 a 10 semestres encontram amparo na Lei. A fixação dos limites de créditos, por semestre, para 16, no mínimo, e 38, no máximo, constitui uma conseqüência natural. A Escola pode promover as adaptações necessárias no regimento para incorporar estas alterações.

2ª questão - Em princípio, a resposta é afirmativa, mas torna-se necessária muita cautela.

a) O primeiro cuidado refere-se, ao exame do conteúdo programático realizado no semestre, cabendo à escola verificar se o que foi estudado em cada disciplina, com aproveitamento suficiente, corresponde a uma unidade do regime semestral. Não havendo correspondência, não pode haver aproveitamento dos estudos feitos no semestre.

b) Às avaliações nos dois bimestres são suficientes para compor a avaliação semestral, desde que cumpridos os mínimos de freqüência. O aluno que tenha atendido aos mínimos de aproveitamento e freqüência pode ser dado por aprovado no semestre.

3ª questão - Parece-nos razoável aplicar à situação indicada "o princípio de aproveitamento de estudos", que está implícito no regime de matrícula por disciplina. Assim sendo, podem ser aproveitadas aquelas disciplinas em que o aluno logrou aprovação, ainda que reprovado na série.

Quanto ao pedido de modificação da prática de expedição de documentos de transferência, trata-se de assunto administrativo que deve ser encaminhado à Secretaria da Educação, Concordamos que se trata de medida imprescindível para a aplicação do princípio de aproveitamento de estudos. Entrementes, o assunto deve ser decidido mediante entendimento entre as escolas interessadas.

4ª questão - A Lei não prevê limite de idade para término do 2º Grau. Em princípio, portanto, qualquer que seja sua idade, o aluno que seja portador do certificado de conclusão do 2º / Grau está apto a prestar o vestibular.

II- CONCLUSÃO

Responda-se à consulta do Colégio Integrado Esquema, de São José do Rio Preto, nos termos deste Parecer.

CESG, em 26 de abril de 1978

a) Conselheiro José Augusto Dias - Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Oswaldo Frões e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da CESG, em 3 de maio de 1978

a) Conselheiro Hilário Torloni - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros Eurípedes Malavolta, Alpínolo Lopes Casali e Luiz Ferreira Martins. Os Conselheiros Eurípedes Malavolta e Alpínolo Lopes Casali apresentaram Declaração de Voto. O Conselheiro Henrique Gamba votou com restrições.

Sala "Carlos Pasquale", em 24 de maio de 1978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Em data de 22 de fevereiro do corrente ano, o Conselho Estadual de Educação aprovou o Parecer CEE nº 137/78, mediante o qual o Colégio Integrado Esquema foi autorizado a instalar e fazer funcionar curso com matrícula por disciplina com um mínimo de 152 créditos, a ser integralizado em seis semestres no mínimo. Quer o Colégio, agora, reduzir o mínimo a quatro semestres.

O Colégio, a nosso ver, não justificou a pretensão. Nem se apresenta com experiência para que lhe seja creditada, "a priori", capacitação para organizar e dirigir uma escola com matrícula por disciplina.

Deveria aguardar o decurso de, pelo menos, um período letivo para propor a redução de seis para quatro séries.

São Paulo, 24 de maio de 1978.

a) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contra a experimentação didática pretendida pela Organização de Ensino Esquema no sentido de permitir a matrícula por disciplina.

Volto a me manifestar contrariamente.

Não entendo experimento sem repetição e sem um tratamento-testemunha ou controle - o que parece não ocorrer no caso.

Como então comparar o aprendizado dos alunos que se matricularam - por disciplina com os que estão em outra instituição, sujeitos ao regime seriado? Mais uma variável entra em jogo, o que não permite estabelecer com clareza reações de causa e efeito.

Dois argumentos invocados como favoráveis à matrícula por disciplina:

flexibilidade e

fuga à Lei de Parkinson

podem valer também para o ensino seriado que garante, a meu ver, melhor formação do estudante.

São Paulo, 14 de maio de 1978.

a) Cons. EURÍPEDES MALAVOLTA